

## ANEXO II – RELATÓRIO DE PERFIL

#### Avaliação de Programa de Integridade Relatório de Perfil

Referência: artigo 2º, I, da Portaria CGU n. 909, de 7 de abril de 2015

#### PAR nº:

**Órgão/entidade processante: Pessoa jurídica processada: CNPJ nº:**

**Responsável pelas informações prestadas: CPF nº:**

**Cargo:**

**E-mail e telefone do responsável:**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

1. **Indicar os setores do mercado em que atua (no Brasil e, conforme aplicável, no exterior).**

Informar as atividades desenvolvidas pela pessoa jurídica no Brasil e no exterior, indicando as principais localidades em que atua;

Se for sociedade empresária de capital aberto, informar onde são negociados seus valores mobiliários.

#### Apresentar sua estrutura organizacional, hierarquia interna, processo decisório e principais competências de conselhos, diretorias, departamentos ou setores.

Além de apresentar a estrutura de governança da pessoa jurídica, deve-se anexar organograma e cópia do contrato/estatuto social registrado;

Informar se a pessoa jurídica necessita de autorizações ou determina- ções de outras pessoas jurídicas (matriz ou outra empresa do grupo econômico);

Neste item, também deve ser informado se a pessoa jurídica já foi condenada administrativa ou civilmente por atos de corrupção e/ou fraude a licitações e contratos administrativos;

#### Descrever as participações societárias em que está en- volvida na condição de controladora, controlada, coligada ou consorciada.

Indicar a composição do capital social da pessoa jurídica, destacando quem são os principais sócios/acionistas e qual o percentual detido por cada um deles;

Informar se a pessoa jurídica detém participação em outras empresas, destacando quais são e o percentual detido;

Informar se a pessoa jurídica integra grupo econômico e, caso positi- vo, encaminhar organograma do grupo, bem como informar em que países atuam as demais empresas do grupo;

Indicar se a pessoa jurídica realizou ou realiza alguma das seguintes operações: fusão, aquisição, incorporação, joint venture, consórcios, parcerias e associações. Caso positivo, informar quais operações rea- liza / realizou e a razão social das demais pessoas jurídicas envolvidas na operação.

#### Informar o quantitativo de empregados, funcionários e colaboradores.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Cargo/Perfil | Quantidade | Acesso à Internet |
| Dirigente |  | (sim/não) |
| Administrativo |  |  |
| Operacional |  |  |



|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Estagiários |  |  |
| Terceirizados |  |  |
| Outros |  |  |
| Total |  |  |

#### Sobre as interações com a administração pública nacio- nal ou estrangeira, informar:

* 1. **Importância da obtenção de autorizações, licenças e permissões governamentais:**

Destacar quais autorizações, licenças ou permissões são necessá- rias para o exercício das atividades da pessoa jurídica e os órgãos responsáveis pelas respectivas emissões;

Destacar se a pessoa jurídica exerce uma atividade regulada e, se for o caso, indicar o ente regulador.

#### Quantitativo e valores de contratos celebrados ou vigentes com entidades e órgãos públicos brasileiros nos últimos três anos e a participações destes no faturamen- to anual da jurídica:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Ano | Quantidade de Contratos | Valor | Percentual do fatura- mento bruto anual |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

* 1. **Frequência e relevância da utilização de agentes inter- mediários, como procuradores, despachantes, consulto- res ou representantes comerciais, nas interações com o setor público:**

Informar se utiliza intermediários nas interações com o setor público, destacando a frequência e em quais situações (exemplos: participação em licitações, execução de contratos administrativos,

obtenção de autorizações, licenças e permissões, protocolo de documentos, desembaraço aduaneiro) eles são utilizados.

#### A pessoa jurídica pode ser qualificada como microem- presa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n. 123/2016?

( ) Sim

( ) Não

Indicar o valor do faturamento bruto obtido no último ano: R$ .

#### Sobre o Programa de Integridade, informar:

1. **A data em que a pessoa jurídica entende que o progra- ma foi instituído (antes ou após a ocorrência do ato lesivo investigado no PAR);**
2. **Se o Programa de Integridade é global, isto é, se é o mesmo programa aplicado em todos os países em que a pessoa jurídica atua.**

As informações solicitadas são importantes para a correta avaliação do Programa de Integridade e a consequente definição do percentual de redução da multa de que trata o artigo 18, inciso V, do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, cabendo à pessoa jurídica zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

O responsável declara para todos os fins que as informações presta- das e os documentos apresentados são verdadeiros, estando ciente das sanções cabíveis aquele que prestar informação falsa e apresentar documento falso.

Assinatura do responsável pelas informações Cidade e data